

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Guilherme Augusto Costa Sousa Alves

**Mobral: um movimento que tinha muito para dar certo.**

GOIÂNIA, 2022.

## **GUILHERME AUGUSTO COSTA SOUSA ALVES**

**Mobral: um movimento que tinha muito para dar certo.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) no curso de licenciatura em história, como requisito para obtenção do grau de licenciado em história.

Orientador: Dr. Eduardo Gusmão de Quadros.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros.  
Orientador (a)

---

Prof. Me. Maria Madalena Queiroz.  
Avaliador (a)

**GOIÂNIA, 2022.**

### **Agradecimentos:**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, Nélio Augusto Sousa Alves e Francisca Cruz Costa, que são seres de luz que me guiam nesse mundo conturbado em que vivemos, agradeço pelo apoio e os conselhos de sempre e por nunca terem desistido de mim. Gostaria de agradecer também aos meus familiares e amigos próximos que sempre me apoiaram nas dificuldades enfrentadas nesse jornada, particularmente não quero me estender nessa dedicatória, mas sou grato a todos que contribuíram para a minha melhoria enquanto pessoa, mesmo eu não citando nomes sentam-se abraçados por mim.

## **RESUMO:**

O presente trabalho de pesquisa visa analisar e evidenciar um problema que é visível, porém negligenciado em nossa sociedade, a desigualdade educacional e o analfabetismo. O abismo social brasileiro contém variadas facetas de problemáticas, sendo uma delas a face da desigualdade educacional, onde é possível ver que a nossa educação como esta colocada é elitista e seletiva, sendo fruto de desfrute de uma pequena e privilegiada parcela da nossa sociedade, enquanto que uma maior parcela da sociedade sofre nas mãos do descaso educacional. A desigualdade educacional acaba por fazer muitas vítimas em nosso país e essa desigualdade pode ser facilmente vista através dos números alarmantes de analfabetos presentes no Brasil. A análise da desigualdade educacional brasileira e do analfabetismo nesse trabalho se dará a partir ditadura militar brasileira com o Mobral e seus desdobramentos após a rearbetura política brasileira. Busco mostrar como esse problema na educação foi alimentado ao longo do tempo por preconceitos e por medidas administrativas mal executadas por parte do governo brasileiro, principalmente durante a ditadura brasileira.

Palavras-chave: Desigualdade Educacional, Ditadura militar, Educação, Mobral, Paulo Freire.

## **ABSTRACT:**

This research work aims to analyze and highlight a problem that is visible, but neglected in our society, educational inequality and illiteracy. The Brazilian social abyss contains several facets of problems, one of which is the face of educational inequality, where it is possible to see that our education as it stands is elitist and selective, being the result of the enjoyment of a small and privileged part of our society, while that a larger portion of society suffers at the hands of educational neglect. Educational inequality ends up making many victims in our country and this inequality can be easily seen through the alarming numbers of illiterates present in Brazil. The analysis of Brazilian educational inequality and illiteracy in this work will take place from the Brazilian military dictatorship with Mobral and its consequences after the Brazilian political reopening. I try to show how this problem in education was fueled over time by prejudices and poorly executed administrative measures by the Brazilian government, especially during the Brazilian dictatorship.

Keywords: Educational Inequality ,Military dictatorship, Education, Mobral, Paulo Freire.

## Sumário

<b>Introdução:</b> .....	<b>7</b>
<b>1.As desigualdades.</b> .....	<b>10</b>
<b>1.2 - O preconceito com os analfabetos ao longo do tempo.</b> .....	<b>18</b>
<b>2- O Mobral, surgimento e desdobramentos</b> .....	<b>25</b>
<b>2.1- O “sucesso” do Mobral</b> .....	<b>39</b>
<b>2.2- O Mobral e Paulo Freire.</b> .....	<b>41</b>
<b>2.3- Escola e a reprodução das desigualdades.</b> .....	<b>43</b>
<b>3- Conclusão.</b> .....	<b>47</b>
<b>Referências bibliográfica:</b> .....	<b>51</b>

## **Introdução:**

O Brasil, é o maior país da América do Sul, possuindo um território de 8.516.000 km<sup>2</sup> com seus climas variados e solos férteis é uma terra com muitas riquezas naturais, também possui uma boa economia, tida como uma das maiores do mundo, estando presente no top 20 das maiores economias do mundo e ao traçar esse levantamento é fácil deduzir que o Brasil é praticamente um país de primeiro mundo ou um país super desenvolvido, porém, existe um outro lado do Brasil, um que é bastante assustador e negligenciado por parte da população.

Apesar de existirem pontos positivos com relação ao nosso país, também existem os negativos. Frente a isso fica visível o descaso vigente em várias áreas da nossa sociedade. Essas negligências se encontram presentes na saúde pública, nas políticas de segurança pública e em muitas outras políticas sociais, dentre elas se encontra a área da educação. Nosso país pode ser conhecido por títulos como: o país do futebol ou o país do carnaval, mas se tratando da educação e dos serviços sociais ainda estamos muito mal posicionados nos rankings mundiais.

A educação é um direito universal de todos os cidadãos ou pelo menos deveria ser, já que é uma pauta contida na Constituição de 1988 em seu artigo 205º que diz: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASIL,1988).

Entendendo o fundamental papel que a educação tem na vida dos seres humanos, acredito que seja válido conceituar o termo. Segundo o dicionário Oxford Languages, a educação é uma aplicação de métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano. Os métodos educacionais incluem o ensino, treinamento, narração de histórias, discussão e pesquisa direcionada.

Ao se traçar ou ao menos tentar traçar uma visão panorâmica do Brasil, ficam nítidas as desigualdades e o descaso com a educação pública. As políticas públicas em síntese é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam na vida dos cidadãos. Em resumo, a função das políticas públicas é garantir o bem-estar da sociedade. No que tange a educação

brasileira, a mesma é muito elitista e seletiva, principalmente quando se fala em ensino superior, todo esse descaso e falta de empatia com o povo brasileiro somam negativamente nos avanços do nosso país, contribuindo para o aumento da desigualdade social e dos altos níveis de analfabetismo, sejam eles funcionais ou não.

Quando se opta por pesquisar sobre da temática desigualdade no Brasil percebemos que esse não é um problema recente na nossa história, esse problema esta enraizado nas nossas engrenagens sociais, visto que a nossa história é marcada por um passado escravagista e a escravidão é um sistema que se mantém e se alimenta da desigualdade, onde muitos são explorados e poucos são beneficiados, pois o monopólio fica concentrado nas mãos de poucos. É de se saber que a educação e a democracia devem ser as bases de uma nação e “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”.(Anísio Teixeira,1936). Assim que deveria funcionar as coisas.

A exploração e as desigualdades do nosso passado, ainda hoje são visíveis e mantidas na nossa sociedade com novas faces e abordagens. No Brasil, referente a ideia de país desigual e a ideia de país economicamente desenvolvido, existe um efeito de contradição, essa contradição se dá pelo fato de ao mesmo tempo que estamos no ranking das melhores economias, também estamos no ranking dos países mais desiguais do mundo, ocupando lugar no top 10 do ranking da desigualdade, segundo os dados são da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos parâmetros do Banco Mundial (BIRD). Essa contradição é explicada através da má distribuição de renda presente em nossa sociedade.

A educação é algo fundamental e é uma ferramenta poderosa na transformação de pessoas, de cidades, de estados e de países conscientes no exercício da cidadania, apesar de termos ciência do poder de transformação da educação em nossas vidas, esse poder nem sempre esteve em nosso meio e nem sempre recebeu a atenção que deveria, ao longo da nossa história é perceptível que a educação em nosso meio sempre teve um papel secundário e o papel primário acabou ficando com a economia e o capital.



A educação no Brasil, só começa a ser encarada de formar mais responsável a partir dos anos de 1930, com era Vargas, onde surgem as reformas educacionais mais modernas, com foco no setor urbano-industrial diante das exigências do mundo moderno, capitalista. Nesse período tem-se políticas públicas voltadas para a área da educação e do combate as desigualdades, isso com base no manifesto dos pioneiros da educação nova. Com o passar dos tempos essas pautas educacionais foram ganhando cada vez mais espaço no campo político brasileiro, durante o período da ditadura militar brasileira em 1964 é possível perceber pautas que visam reparar os estragos educacionais presentes na nossa sociedade, incluindo nisso um expoente de suma importância para se amenizar a desigualdade educacional, que são pautas voltadas para o combate aos altos níveis de analfabetismo no Brasil, através do Mobral, objeto de pesquisa ora apresentado, mas apesar desse movimento parecer de início algo positivo e eficiente, na sua praticidade, o mesmo não se diferenciou dos movimentos educacionais que vieram antes dele e ainda pouco fez para de fato acabar com os níveis de analfabetismo no Brasil.

A pesquisa presente nesse trabalho é de caráter qualitativo, mesma foi feita através dos censos demográficos do IBGE, através do acervo histórico do INEP e de materiais retirados do selo literário do próprio Mobral.

O trabalho esta dividido em dois capítulos, sendo o primeiro capítulo focado em mostrar variadas faces da desigualdade que fazem parte do nosso país e que interferem diretamente na área educacional brasileira gerando preconceitos e atrasos no acesso a educação. Por sua vez o segundo capítulo do trabalho se propõe a mostrar o processo de desenvolvimento do Mobral, apontando como o movimento surgiu e os motivos pelos quais se perdeu durante o passar de pouco mais de uma década.

## 1.As desigualdades.

A desigualdade social é um problema grave que nos prejudica em várias esferas sociais e impede os avanços do nosso povo. Para se falar sobre desigualdade é necessário buscar entender a mesma em sua origem, a palavra vem do latim *aequalitate*, que significa igualdade, sendo antecedida do prefixo des, que indica negação, logo fica destacado que se tratada da falta de equivalência em relação a algo. Uma desigualdade muito notada e criticada é a social, que no Brasil e em outros países do mundo é um sério problema a ser enfrentado. A desigualdade social em uma definição simples é a diferença existente entre as diferentes classes sociais, levando-se em conta fatores econômicos, educacionais e culturais. Desigualdade social é um mal que afeta todo o mundo, em especial os países que ainda encontram-se em vias de desenvolvimento ou com passado colonial, que é o caso do Brasil.

A desigualdade sempre esteve presente no mundo, agindo e afetando a vida dos seres humanos, esse problema não é recente, um estudo realizado por arqueólogos britânicos e publicado na revista científica PNAS da Academia Americana de Ciências, sugere que a desigualdade social começou há mais de 7 mil anos no período neolítico, sua hipótese surgiu da verificação de alguns esqueletos encontrados em sítios arqueológicos na Europa Central, onde foi verificado que junto com alguns esqueletos haviam ferramentas agrícolas, ao passo que com outros esqueletos não, essa diferença de acordo com cientistas das universidades de Bristol, Cardiff e Oxford aponta para uma diferença social, onde os esqueletos que foram enterrados com ferramentas viviam em áreas mais férteis e produtivas, na medida que os outros esqueletos encontrados sem ferramentas não se beneficiavam dessas condições férteis e produtivas para sua sobrevivência.

As evidências apontam que desde o período neolítico já se tinha desigualdade, e é possível perceber relações desiguais em diversas sociedades ao longo do processo histórico, por exemplo no Egito, se tinha uma pirâmide social formada por faraós e escravos, o que mostra que a sociedade egípcia era desigual e estamental, praticante da desigualdade de classes. Na Grécia antiga é evidente a desigualdade de gênero, visto que existiam privilégios em forma de direito civil para os homens, sobre tudo na participação política e votações, enquanto que para as mulheres e crianças alguns direitos básicos e fundamentais eram negados. É

possível perceber e evidenciar a desigualdade ao longo do tempo e concluir que esse problema assombra a humanidade desde a sua gênese, obviamente que ao passar do tempo a desigualdade foi se fortificando e ramificando, fazendo novas vítimas e ganhando novas faces e abordagens.

Atualmente não é difícil, na verdade é comum ver ou ouvir diariamente em noticiários, sejam eles nacionais ou internacionais pautas envolvendo o tema da desigualdade social, somos bombardeados com esse tema e talvez por ele estar em nosso meio social com bastante frequência, acabamos por normalizar e até mesmo negligenciar esse grande problema que impede que um número significativo da população tenha acesso a melhores condições de vida. O mundo onde vivemos é desigual, essa nossa realidade desigual é a única coisa que todos recebem por igual, o 1% mais rico do mundo detém mais riquezas e recursos do que cerca de mais da metade da população em escala global, é o que aponta um estudo produzido pelo laboratório Thomas Piketty A disparidade entre as condições de vida e direitos dos ricos e dos pobres estão em evidência na educação, na saúde, no saneamento básico e nas oportunidades que são oferecidos para uns e negadas para outros.

Esse grande problema presente no Brasil, é um obstáculo na vida de muitos brasileiros e ele segue interferindo de forma negativa e somando muitas vítimas de perfis periféricos, que são “esquecidas” pelo estado e por suas políticas seletivas. O combate a essa pauta não é algo simples de se pensar e nem de se executar, a desigualdade é um peso morto histórico e estrutural herdado do nosso período colonial e que ainda hoje é alimentado e reproduzidos através de políticas egoístas e da má distribuição de renda que é a base da desigualdade, visto que esta ligada diretamente a economia e aos interesses do mercado capitalista.

A pobreza é um problema presente em todos os países do mundo, sejam esses países considerados ricos ou pobres, mas a desigualdade social é um fenômeno causado por escolhas políticas injustas, presentes principalmente em países não desenvolvidos, a diferença entre pobreza e desigualdade, esta no fato de a pobreza ser a falta de recurso de toda uma sociedade, sendo um problema coletivo, já a desigualdade é a diferença entre as classes sociais de toda uma sociedade que acaba por figurar em um problema mais seletivo e realizado de forma consciente por quem esta no topo da pirâmide social, ao tratar sobre o tema

acabamos por esbarrar nos dois termos e muitas vezes achamos que ambos são a mesma coisa, mas na verdade são coisas distintas.

A Constituição brasileira de 1988, também conhecida por Constituição da cidadania, veio com reabertura política brasileira e prometia a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Em sua concepção jurídica, a constituição visava acabar com as desigualdades e demais problemas da nossa sociedade, tais como as falhas na segurança pública, nos direitos trabalhistas e no sistema educacional. É impossível negar que essa constituição tenha sua relevância para a política brasileira, pois a mesma teve seus pontos fortes e fracos nas pautas que se propôs a combater. Se tratando do combate às desigualdades, houve sim mudanças no quadro político do nosso país, mas essas mudanças não foram significativas, em sua totalidade foram mudanças de impacto mínimo nas estruturas sociais. Desde a reabertura política até os dias atuais, houve uma boa parcela de pessoas que saíram do nível abaixo da linha da pobreza no Brasil e conseguiram uma condição de vida melhor. A linha da pobreza, esse é um limite monetário usado para medir o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família vive, a linha da pobreza aponta para pessoas que não possuem condições para obter todos os recursos necessários para viver dignamente, não se pode confundir as coisas, apesar de terem tido pessoas e famílias que saíram de baixo da linha da pobreza no Brasil, durante as últimas décadas, essas pessoas e suas famílias ainda se encontram dentro da zona de pobreza e ainda não levam uma vida confortável.

Ao passar mais de 30 anos do processo de reabertura política no Brasil, o combate contra as desigualdades sociais não tiveram avanços em grandes escalas, mas sim em pequena escala. De acordo com o artigo 5º da referida Constituição, "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade." (BRASIL,1988). As ideias contidas no artigo 5º da constituição nos leva a crer que de fato vivemos em uma verdadeira democracia, onde cada palavra contida nos parágrafos constitucionais são de igual valor para todos, essa ideia extremamente romantizada

acaba por ficar no campo teórico e imaginário, visto que na prática e no cotidiano não é o que se percebe, o que se predomina são círculos viciosos do passado tais como:

mão de obra escrava, divisão latifundiária de terra, corrupção e patrimonialismo, em grandes doses, explicam os motivos que fizeram do país uma realidade desigual. não dão conta de esclarecer, porém, por que, a despeito do processo de modernização e de industrialização que o país conheceu no século XXI, não conseguimos romper totalmente com esse círculo vicioso do passado.(Schwarcz, 2019, p.127.)

Quando se fala acerca de desigualdade social, o termo pode levar a crer que é simples sua compreensão, pois bastaria olhar para o significado de desigualdade social em algum dicionário que pode ser representado por diferenças entre grupos de uma determinada sociedade, entretanto esse problema não deve ser tratado de tal maneira. A desigualdade como nos apresenta a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, em seu livro *Sobre o Autoritarismo Brasileiro* (Schwarcz, 2019), se apresenta com novas faces e roupagens que acompanham as mudanças contemporâneas, essas novas faces podem ser percebidas através de análises sobre pautas de oportunidades, pautas raciais, pautas regionais, pautas envolvendo gênero, entre outros. Todo esse descaso social é visível em nosso país.

A desigualdade de oportunidades, por conta da organização social que divide a sociedade brasileira em classes, esta em nosso meio. Essa face da desigualdade se faz visível em nosso território de forma nítida, essa desigualdade, seja ela no mundo do trabalho ou no campo educacional funciona através da disparidade dos serviços, serviços esses que podem ser classificados em públicos e privados, onde os poucos que se beneficiam das grandes oportunidades desfrutaram dos benefícios dos meios privados que os capacitaram melhor para as competições e concorrências desiguais no mundo dos cifrões. Já as pessoas que eventualmente são submetidas aos meios de funcionamentos públicos, acabam por ter menos chances e menos oportunidades diante do mundo frio dos cifrões. No tocante a educação em tal contexto, o acesso à educação de qualidade tem um papel central nesse empasse social, visto que é uma das principais formas das populações empobrecidas alcançarem certa mobilidade social.

A elevada desigualdade de renda brasileira se reflete na desigualdade salarial entre os diferentes níveis educacionais, cabendo aos ricos desfrutarem das melhores oportunidades de trabalhos e melhores condições de vidas apoiados em suas boas orientações educacionais, o que acaba por levar os pobres a se contentarem com subempregos e qualidades de vidas péssimas se comparadas com as dos ricos ou dos “sortudos e dedicados” que lutaram muito para conseguir chegar onde chegaram. Apesar do descaso que ocorre com o setor público é válido ressaltar que o setor público tem suas importâncias e ele não está em crise por completo como se faz parecer, ele é sabotado propositalmente por medidas políticas mal executadas.

Existe uma outra face da desigualdade que assombra a vida dos brasileiros constantemente, essa é conhecida como desigualdade racial e faz muitas vítimas no Brasil. O nosso país é constituído por cerca de 200 milhões de pessoas, sendo que desse número total mais da metade é composto de pessoas negras, pessoas negras aqui está sendo tratado como a soma tanto de pessoas que se consideram pretas, como a soma das pessoas que se consideram pardas. Que vivemos em uma sociedade constituída por raças isso é inquestionável, e essas diferentes raças possuem posições sociais, direitos e privilégios diferentes, no tocante a isso é perceptível as injustiças e violências vividas pela população negra que sofre diariamente repressões em um dos países mais racistas do mundo, onde se tem uma verdadeira democracia racial de sangue.

Para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, para fazer valer a ideia do “Brasil, um país de todos” é necessário ter políticas públicas voltadas para a educação e o combate antirracista, visto que esse é o rumo para se chegar em uma sociedade mais igualitária. O nosso país foi último país da América do Sul a abolir a escravidão. É válido pontuar que a abolição foi feita diante de pressões vindas de países imperialistas e não por questões humanistas, a abolição ficou no campo do simbolismo, visto que não houve auxílio para os negros serem incluídos na sociedade, o que acabou por contribuir com a marginalização dos negros e o desenvolvimento da desigualdade social e racial no país, assim os preconceitos direcionados para a população negra foi-se enraizando nas instituições e pessoas que reproduziram e reproduzem as práticas desumanas herdadas do nosso passado nem tão distante.

A desigualdade regional é um outro desdobramento da desigualdade que esta presente no panorama geral do Brasil. Essa perspectiva se dá pela diferença de desenvolvimento entre as regiões, os estados e as cidades. Ao analisar essa desigualdade é facilmente possível de enxergar que no Brasil, existem regiões que são mais privilegiadas que outras, essas regiões geralmente estão localizadas no polo sul do país, que é onde se encontram de maneira geral os índices mais baixos de desigualdade, isso não significa que nessas regiões não existam desigualdades, a questão é que nelas os índices são mais baixos, enquanto que no polo norte do país os papéis se invertem, pois as regiões que mais sofrem com as más administrações estão presentes nas regiões norte e nordeste.

Tomando os dados mais recentes sobre o índice de desenvolvimento humano (IDH), que analisa a qualidade de vida das pessoas, renda per capita, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, expectativa de vida, qualidade dos serviços públicos (saúde, educação e infraestrutura em geral), é possível ver essa desigualdade e sua hierarquia. Os estados com os menores níveis de desigualdades no Brasil estão localizados no polo sul do nosso mapa ao passo que os estados com os maiores níveis de desigualdade se encontram presentes no polo norte do mapa, isso segundo os dados da PNAD de 2016.

Temos um país de abismos sociais e é fácil de enxergar a desigualdade regional em virtude da qualidade e do custo de vida que se faz presente entre as regiões, estados e as cidades, onde as regiões Sul-Sudeste são consideradas urbanizadas e ricas ao passo que o Norte-Nordeste consideradas zonas rurais e pouco desenvolvidas, não se deve cair na armadilha falaciosa de pensar que o nosso país é desigual por completo, o nosso país é desigual em partes, as crises e suas consequências não afetam todos, afeta somente pessoas e regiões pobres e marginalizadas.

Um outro grande problema que afeta a vida cotidiana brasileira é o problema da desigualdade de gênero, esse problema pode ser visto nas diferentes relações de poder entre homens e mulheres, poder esse que pode esta presente tanto no mundo corporativo do trabalho, como também na vida social fora dos ambientes corporativos. Assim como outros tipos de preconceitos a discriminação por gênero se dá pela sobreposição do masculino sobre o feminino, que pode ser identificada em sociedades com muito machismo e patriarcado que colaboram para reprodução

e manutenção dessa prática desigual, onde as mulheres sofrem com a segregação ocupacional e a discriminação salarial em relação aos cargos ocupados por homens.

Como já referido nesse trabalho o preconceito sempre esteve presente nas relações humanitárias, diante disso, algumas pautas e seus preconceitos acabam por ficar em mais destaque e evidência do que outros preconceitos, um desses preconceitos que são deixados em um papel secundário e sem muita ênfase social é o preconceito linguístico que acaba por afetar pessoas pobres e marginalizadas que fazem parte do perfil que mais sofrem com as injustiças sociais em nosso país, os analfabetos.

Atrelados aos preconceitos envolvendo a linguística estão os mitos envolvendo a nossa língua, um dos mitos fundamentais sobre a nossa língua é o do único português, sendo esse o português culto da “unidade linguística”, o problema envolvendo esse mito esta na ideia de que só existe um único português e que esse é o único digno de ser falado e ensinado, deixando assim de considerar as variedades linguísticas presente em nosso país que se modifica dependendo da região em que se encontra, esse mito destaca muito bem o problema envolvendo a gramática normativa que acaba por gerar em muitas pessoas um instinto de inferioridade.

O preconceito linguístico ainda se faz presente em nosso meio, esse preconceito ao ser analisado de forma mais detalhada acaba por se mostrar bastante assustador, pois o mesmo em sua maioria é praticado por intelectuais, acadêmicos e pessoas consideradas cultas que repelem toda e qualquer expressão linguística que não esteja de acordo com o português "correto" presente nos dicionários.

O funcionamento do preconceito linguístico pode ser facilmente verificado através das falas do professor Napoleão Mendes de Almeida, que é tido por muitos como o grande defensor da nossa língua:

Os delinquentes da língua portuguesa fazem do princípio histórico “quem faz a língua é o povo” verdadeiro moto para justificar o desprezo de seu estudo, de sua gramática, de seu vocabulário, esquecidos de que a falta de escola é que ocasiona a transformação, a deterioração, o apodrecimento de uma língua. Cozinheiras, babás, engraxates, trombadinhas, vagabundos, criminosos é que devem figurar, segundo esses derrotistas, como verdadeiros mestres de nossa sintaxe e legítimos defensores do nosso vocabulário. (Verbetes



Vernáculo do Dicionário de Questões Vernáculas, de autoria do próprio Napoleão, 1981.)

O preconceito e discriminação social fica evidente nas palavras do professor, suas palavras descrevem o perfil dos mesmos que sofrem com a desigualdade refletida na educação, os analfabetos que são em muitas medidas vistos como pessoas sem compromisso com a gramática. É preciso entender que em nosso país existem variações linguísticas e as mesmas são válidas e necessárias, elas enriquecem a língua e cultura do nosso país e não o contrário, elas não deixam a cultura do país pobre.

Como pode ser verificado no Brasil, se faz presente muitas desigualdades, é possível retratar a sociedade brasileira como um todo através da desigualdade, desigualdade essa que é vista em nosso meio ao longo do tempo e que ainda hoje é mantida e reproduzida na nossa sociedade, infelizmente esse problema se apresenta a todos de maneira geral, mas não de maneira igual, pois causa mais estragos nas camadas mais marginalizadas da nossa sociedade que é onde se encontra o perfil das pessoas que são vítimas dessas desigualdades.

No meio de todo esse sistema desigual que atinge o país, esta a famosa meritocracia, usada muitas vezes para tentar justificar o injustificável, o termo meritocracia vem do latim mereo e do grego antigo κρέτος, que estabelece uma ligação direta entre mérito e poder, que é o fundamento numa sociedade, organização ou grupo que se estrutura de tal forma, onde os méritos e poderes são o palco das pessoas “dedicadas” ao trabalho e mais bem dotadas intelectualmente, ou seja são os fatores que determinam o sucesso e o fracasso das pessoas dentro da meritocracia.

Esses tópicos todos envolvendo a meritocracia é retrogrado e já vem sendo combatido a um bom tempo, entretanto para alguns, o mesmo é extremamente válido e positivo, sendo uma boa resposta para os vários problemas vigentes no mundo moderno. O ponto é que atualmente o termo meritocracia esta diretamente ligado aos pensamentos liberais e empresariais que reproduzem o egoísmo e a competitividade, porém em sua essência e surgimento não era bem assim, o termo surge de dentro de um romance intitulado *The Rise of the Meritocracy* de 1958, escrito por Michael Young, onde o autor trabalha com uma distorção presente nos pensamentos dos ricos, que cegamente acreditam que suas riquezas são frutos propriamente de suas superioridades moral, na história a meritocracia é abordada

com sátira e ironia. O curioso é que esse é um caso onde a vida imita a arte, pois essa piada envolvendo a meritocracia foi adotada por pessoas de cunho aristocrático fora do mundo literário. A meritocracia já um marco da sociedade brasileira e segue contribuindo para a alimentação das desigualdades vigentes no nosso país com a ideia de que as pessoas são mediócras e não portam bens materiais porque não merecem, não se esforçam e não são dignas de ter qualidade de vida. Na prática toda a narrativa envolvendo a meritocracia não passa de pura falácia.

Em nossa história nacional, a desigualdade segue fazendo estragos. Ao tentar traçar um ponto em comum do que é afetado por todas as desigualdades, acabamos por chegar em um perfil social piramidal. Esse perfil social é constituído por pessoas analfabetas que são as vítimas mais brutais de todo o descaso social e educacional vigente em nosso país.

## **1.2 - O preconceito com os analfabetos ao longo do tempo.**

É possível retratar a sociedade brasileira como um todo através da desigualdade e do preconceito, preconceito esse que nessa pesquisa será voltado para os analfabetos. Historicamente falando, o nosso país é bastante problemático e até contraditório em algumas pautas e situações rotineiras, e a desigualdade e o preconceito norteiam esses acontecimentos.

Apesar de existirem pontos positivos com relação ao nosso país, também existem os negativos, frente a isso fica visível o descaso vigente em várias áreas do nosso país. Essas negligências se encontram presente na saúde pública, nas políticas de segurança pública e em muitas outras políticas públicas, dentre elas se encontra a área da educação. Nosso país pode ser conhecido por títulos como: o país do futebol ou o país do carnaval, mas se tratando da educação e dos serviços sociais ainda estamos entre os péssimos posicionamentos nos rankings mundiais.

A educação é um direito universal de todos os cidadãos ou pelo menos deveria ser, já que é uma pauta contida na Constituição de 1988 em seu artigo 205º que diz: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da

pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Entendendo o fundamental papel e a importância que a educação tem para a vida do ser humano e o progresso das sociedades, acredito que seja válido conceituar o termo, segundo o dicionário Oxford Languages, a educação é uma aplicação de métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano. Os métodos educacionais incluem o ensino, treinamento, narração de histórias, discussão e pesquisa direcionada.

Ao se traçar ou ao menos tentar traçar uma visão panorâmica do Brasil, fica nítido o descaso com a educação pública e os preconceitos que giram em torno do tema. As políticas públicas em síntese são as somas das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegações, e que influenciam na vida dos cidadãos, em resumo, a função das políticas públicas é garantir o bem-estar da sociedade. No que tange a educação brasileira, a mesma se mostra muito elitista, seletiva e inacessível, principalmente quando se fala em ensino superior, todo esse descaso e falta de empatia com o povo brasileiro somam negativamente nos avanços do nosso país, contribuindo para o aumento da desigualdade social e dos altos níveis de analfabetismo, seja eles absolutos ou funcionais.

É válido lembrar e ressaltar que o foco dessa pesquisa é no analfabetismo mais visível, o analfabetismo absoluto educacional, onde os indivíduos não possuem nenhuma finalidade com a escrita ou a leitura, o foco não é no analfabetismo funcional, pois se o fosse, os índices e as porcentagens seriam de maiores escalas.

O contato com o letramento é algo garantido para todos os cidadãos constitucionalmente, o acesso ao letramento é muito válido e positivo, visto que ler e escrever são poderosos alicerces para o crescimento pessoal e profissional no mundo contemporâneo. Se saber ler e escrever nos dá a possibilidade de progredir e enfrentar muitas adversidades presentes na nossa sociedade, é bem verdade que quem não possui uma boa alfabetização, acaba por ser inferiorizado e alvo de preconceitos dentro da hierarquização social.

Os preconceitos e situações embaraçosas em relação aos analfabetos se dão em muitas esferas sociais e os mesmos são discriminados nas várias atividades do dia a dia, sobretudo nas atividades técnicas e burocráticas que exigem afinidades

com leitura e escrita. As vítimas desses constrangimentos burocráticos são em sua maioria pessoas vindas de zonas rurais e menos desenvolvidas, sendo geralmente pessoas negras, pobres e periféricas. Esse é o retrato dos analfabetos, essa é a silhueta das pessoas que sofrem preconceito intelectual constantemente.

Os analfabetos são desmerecidos e menosprezados não somente em atividades burocráticas rotineiras, mas também na forma como os meios de comunicação lidam e apresentam esse problema que é carregado de estereótipos negativos. A forma como o analfabetismo é retratado nos meios de comunicação é marcado por uma forma bastante pejorativa, com colocações e termos que mais parecem atacar os analfabetos do que evidenciar o problema do analfabetismo. É preciso apontar e evidenciar o analfabetismo de forma ética e não apontar os analfabetos como uma espécie de praga ou inimigos sociais que precisam ser destruídos, os analfabetos são as vítimas da história e não os vilões que atrapalham o progresso da sociedade, como muitos meios de comunicação fazem transparecer.

O recenseamento nacional periódicos, é um critério utilizado para medir os níveis de analfabetismo de um país, através desse critério é possível se traçar uma visão panorâmica dessa desigualdade social. O perfil das vítimas são pessoas pobres, negras, periféricas e pessoas de zonas rurais, os mesmos podem fazer parte de todos os grupos de faixa etária, indo desde os jovens até os idosos é o que nos aponta o Censo demográfico de 2000. Os investimentos educacionais voltados para os analfabetos adultos comumente são vistos como algo negativo e como um investimento que não vale a pena, pois se tem a ideia de que se investe muito e se tem pouco retorno imediato, essa é uma medida administrativa que carrega muitos preconceitos contra os analfabetos, tratando as vítimas dessa desigualdade educacional como seres que não valem a pena proporcionar reparações sociais. O acesso à educação é um direito e não uma caridade, pois a educação está assegurada para todas as esferas sociais de diferentes idades.

Os preconceitos e os julgamentos são coisas rotineiras no cotidiano brasileiro, muitos desses preconceitos que hoje se vê presente em nosso meio são heranças de um passado, que é constituído por vários cenários negativos. Um desses preconceitos vindos do passado e que esta em nosso meio hoje é o preconceito contra os analfabetos. Os pontos que norteiam essa discriminação se pautam em desmerecer e tratar como inimigos os analfabetos da nação, os termos utilizados para esse descaso educacional são "erradicar" e "combater" o analfabetismo, esses

termos que são utilizados com bastante frequência na política e nas mídias fazem transparecer a ideia de que o analfabetismo e os analfabetos são uma espécie de inimigos que atrapalham o progresso do país.

Entretanto, essa narrativa de combater e erradicar o analfabetismo não é válida como representação direta desse problema educacional, pois ao invés de apontar os analfabetos como vítimas desse descaso social que precisa de reparação, apontam como vilões que precisam ser enfrentados.

O problema do analfabetismo e do preconceito no Brasil, não é algo recente. Há indícios dele desde o Brasil colônia, passando pelo Brasil império, onde se teve a reforma no sistema eleitoral, onde se foi negado o voto político aos analfabetos, e se estendendo até o Brasil república e aos dias atuais. É necessário lembrar que a educação ou parte dela como conhecemos hoje em dia chega ao Brasil, através da igreja católica, juntamente com os jesuítas, que foi uma companhia da igreja católica, criada durante o movimento da contra reforma, essa companhia teve sua relevância durante o período de colonização do Brasil.

Os jesuítas, como já é de se imaginar tinham seu foco principal na evangelização através da catequese, mas também trabalhavam com a ideia de se ter acesso aos estudos das ciências sociais, que comparado com os estudos de hoje em dia eram bem simples e precários, com o passar do tempo os avanços vindos das mais diversas áreas do conhecimento foram aumentando e a área educacional não ficou de fora desse processo. Após a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, a educação deixa de ter seu foco maior na catequese e no religioso, e passa a ser focada nas ciências sociais, devido às influências das ideias iluministas, contudo, desde seu início a educação não foi algo acessível e democrático, somente uma pequena parcela da sociedade tinha acesso e condições para se alfabetizar. A população da época era formada por nativos, negros e colonizadores brancos, onde só os brancos tinham acesso à educação. Essa situação pode ser vista como o início do preconceito e de toda a desigualdade em torno do analfabetismo

É possível perceber esse preconceito em vários períodos da história do Brasil. No Brasil colônia, é possível perceber como era a dinâmica educacional da época e sua relação com o analfabetismo e sua reprodução. Esse período da nossa história é formado por fortes interesses econômicos, como já é de se imaginar a educação

possuía um papel secundário, pois o papel primário estava voltado para as explorações e riquezas que movimentavam as engrenagens da economia.

Através de um documento do senso político de Pernambuco de 1636, é possível ver resquícios da reprodução do preconceito com os analfabetos, sobretudo com o público adulto.

Os brasileiros têm pouco conhecimento da religião cristã, anão ser recitar padres-nossos e ouvir missas (...) como não temos quem lhes ensine a verdade e o caminho para a salvação, eles vão sendo esquecidos e tornam às suas antigas idolatrias. Com os adultos pouco fruto é de se esperar e como são estúpidos (...). (Pernambuco, 1636.)

Como referido no texto do documento acima, os adultos eram vistos como desinteressados e bárbaros, logo não valeria a pena investir tempo e educação para os adultos, o foco deveria ser as crianças, o intuito era evitar que as crianças crescessem e se tornassem bárbaras e desinteressadas pela alfabetização, sendo essa alfabetização religiosa ou não. Através do primeiro censo demográfico brasileiro de 1872 podemos ver que os índices de analfabetismo eram de 82,3% entre a população de 5 anos ou mais. (IBGE, Censo Demografico 1872.)

Durante o império no Brasil, a educação passou por algumas melhorias em sua didática, mas ainda sim, o sistema educacional era bastante inacessível para grande parte da população (negros e nativos), e o mesmo não era bem estruturado, pois o foco de tudo se encontrava na economia e não necessariamente na educação. O período imperial é marcado por tumultos e mudanças na área educacional (não muito efetivas) e pela Lei Saraiva de 9 de janeiro de 1881, que interferiu diretamente no exercício de cidadania dos analfabetos. Nesse período começa a se intensificar o preconceito com os analfabetos e houve mudanças sociais envolvendo o lugar que os analfabetos ocupavam na sociedade.

Apesar da Lei Saraiva ter sido aprovada, ela não representa a totalidade do pensamento predominante da época, haviam pessoas envolvidas na política que eram contrárias a essa medida de vetar os votos aos analfabetos, como é o caso do Saldanha Marinho, que defendia o papel ativo das pessoas não letradas na sociedade, sendo elas também produtoras de culturas e de atos civis.

Nesse período é aprovada também a primeira lei sobre o ensino elementar, que visava à criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos, a lei na sua teoria se apresentou bem, já na prática não foi muito bem executada e acabou por fracassar devido a causas econômicas e política, nesse período apenas 10% da população em idade escolar se matriculava nas escolas elementares e por muito tempo os escravos negros e as minorias sociais foram proibidos de se matricularem nas escolas, o que contribuiu para o analfabetismo da população e o preconceito em cima dos analfabetos.

Já no período da Primeira República, a educação tivera seus avanços e suas mudanças, tudo isso com base no novo regime, que se refere à centralização, formalização e autoritarismo. Durante esse período a educação tem cinco reformas educacionais de proporções nacionais, que visavam implantar um currículo único para todo o país, até que surge o Escolavismo, que foi um movimento de renovação do ensino que se opôs a pedagoga de ensino tradicional.

É datado desse período o manifesto dos pioneiros da educação nova, que trazia consigo a proposta e a bandeira de uma escola nos moldes de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita para todos, como tentativa de reparar as desigualdades sociais e o descaso. O Brasil contava com uma população não alfabetizada de 82,6%, segundo o censo demográfico de 1920. (IBGE, Censo Demografico 1920.)

Com o passar dos anos, as propostas e mudanças educacionais tanto em escala local, quanto em escala mundial ocorreram, e isso em várias áreas da sociedade. No Brasil, durante a Era Vargas, houve mudanças educacionais mais modernas em comparação com as feitas em décadas passadas. Com a grande explosão urbano-industrial da época, as mudanças foram ocorrendo e os intelectuais acabaram se voltando para observar e analisar área educacional com um todo. Através da constituição de 1934 se criou o plano nacional de educação, com a junção do plano nacional da educação e o manifesto dos pioneiros da educação nova, foi possível traçar uma política educacional brasileira mais sólida e consistente.

Porém, era visível a insuficiência pedagógica diante das modernidades capitalista e o sistema educacional precisava se atualizar conforme essa realidade,

diante disso houve a reforma Capanema em 1942, através da mesma o ensino secundário foi dividido em dois ciclos, o ginásio e o segundo ciclo (colegial), o sistema teve influência do modelo de nova escola. Pelos dados do censo demográfico de março de 1951, a população era então de 51.944.397, sendo que desse número total, a taxa de analfabetismo era de 52% da população. (IBGE, Censo Demografico 1951.)

Com o fim do Estado Novo e da Era Vargas, surge à constituição de 1946, que entre outras coisas, trouxe pautas importantes para a educação brasileira, como a gratuidade do ensino e manutenção para aqueles que não tinham recursos para se manterem, desse período é datada a criação da primeira Lei de Diretrizes Básicas (LDB), tudo isso na tentativa de reparar os danos sociais e os altos índices de analfabetismo que deveriam estar em constante combate para a diminuição dos índices, que era mais presente entre as classes mais baixas e periféricas.

Pode-se verificar que o preconceito com os analfabetos no Brasil, foi gradativamente construído e se tornado algo cada vez mais profundo e cruel para com os analfabetos que desde os períodos iniciais da formação da nossa nação foram desmerecidos e desqualificados por não se adequarem ao mundo do letramento.

Frente a esse cenário que não é nenhum pouco positivo, é de se esperar que os governos federais, municipais e estaduais estivessem fazendo algo para reverter ou ao menos tentar reverter esse quadro e alfabetizar a população, afinal nenhum país no mundo teve melhoras significativas em sua estrutura sem investir e desenvolver políticas educacionais para solucionar o descaso na educação vindo de décadas passadas, a educação tem seu papel central em qualquer sociedade, já que traz consigo o poder de transformar e melhorar em todos os seus aspectos a vida de seus cidadãos.

As questões e os problemas envolvendo pautas da precariedade do sistema educacional brasileiro não é nenhuma novidade em nosso país, isso vem de uma herança maldita vinda desde o nosso falso descobrimento e da forçada colonização com seu sistema escravista, que não tinha olhos para as questões sociais, mas para o capital e somente o capital, afinal para as elites é melhor que as minorias sociais



usem os braços para trabalhar em empregos braçais, do que trabalhar usando os seus cérebros com os conhecimentos básicos que são um direito universal.

## **2- O Mobral, surgimento e desdobramentos.**

Os anos 60 no Brasil é marcado entre outras fatores por uma alta inflação que só tendia a aumentar cada vez mais devido aos muitos gastos públicos e as grandes dívidas externas, diante dessas agitações toda que se encontrava o nosso país ainda se fazia presente em nosso meio a presença militar em diversas esferas sociais, isso devido ao golpe militar aplicado no Brasil no ano de 1964 que instituiu em nosso país um governo de caráter opressor que viria a se manter no poder por mais de duas décadas. (Schwarcz, 2019, p. 437.)

Diante desse cenário tomado por um governo de caráter opressor o sistema educacional de forma igual se encontrava em uma situação preocupante com grandes níveis de analfabetismo e desigualdades que atingiam o país, a partir da necessidade de mudanças começaram a surgir muitos movimentos sociais com o intuito de reivindicar melhorias sociais com propostas pensadas para ajudar no coletivo social.

As pautas educacionais em nosso país desde os anos de 1930 vinham em uma crescente melhoria, melhoria essa que mesmo que tardia estava fazendo diferenças nas vidas de muitos brasileiros, assim se seguiu por décadas até se chegar na segunda metade do século XX, quando se chega aos anos de 1960 os movimentos educacionais, populares e sociais passam a ser marginalizados e mal vistos pelos representantes da lei e do estado que ocupavam o poder do país naquele momento.

Nesse período é possível constatar através do censo do IBGE que os índices de analfabetismo da população brasileira se encontrava na casa dos 39,6 % entre pessoas de 15 anos ou mais, em comparação com os censos vindos de décadas anteriores o censo de 1960 apontava para uma redução significativa nos índices de analfabetismo, esse fato é muito positivo dentro da história da trajetória do analfabetismo no Brasil.

Com os bons resultados verificados ao passar de cada década em relação a redução de analfabetos as projeções para as décadas futuras era de solucionar o problema do analfabetismo por completo em nosso país. A meta era cada vez mais investir na educação para que através da mesma o país por completo se transformasse e modernizasse.

No período que compreende a segunda metade do século XX o analfabetismo começa a ser visto a partir de uma concepção diferente da reproduzida em décadas passadas. Com isso muitos movimentos educacionais passam a se expandir cada vez mais por todo o país, tem-se movimentos como Experiência da Rádio-escola, no Rio Grande do Norte (1958), Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958), Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1958), Movimento de Cultura Popular –MCP (1960), o surgimento do Método Paulo Freire (1961), Movimento de Educação de Base – MEB (1961), Campanha Pé no Chão também se Aprende a Ler (1961), e em 1963 houve a experiência de alfabetização do educador Paulo Freire em Angicos/RN.

O surgimento e consolidação desses movimentos se mantiveram bem e em expansão por diversas regiões do país, em 1962 surge o plano nacional de educação que foi respaldado pela Constituição Federal de 1946 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, esse documento pretendia trazer melhorias significativas para a área educacional do nosso país, o plano foi elaborado partindo diretamente de um grupo de educadores, tendo como um desses líderes Anísio Teixeira, um intelectual central na história da educação brasileira. As proposta de plano nacional de educação de 1962 podem ser divididas em duas áreas, as metas qualitativas e as metas quantitativas.

As metas qualitativas deveriam funcionar da seguinte forma: além de matricular toda a população em idade escolar primária, deverá o sistema escolar contar, até 1970, com professores primários diplomados, sendo 20% em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial. As duas últimas séries, pelo menos, do curso primário (5ª e 6ª séries) deverão oferecer dia completo de atividades escolares e incluir no seu programa o ensino, em oficinas adequadas, das artes industriais. O ensino médio deverá incluir em seu programa o estudo dirigido e estender o dia letivo a seis horas de atividades escolares,

compreendendo estudos e práticas educativas. O ensino superior deverá contar, pelo menos, com 30% de professores e alunos de tempo integral.

As metas quantitativas destinadas ao ensino primário foram as seguintes: matrícula até a quarta série de 100 % da população escolar de 7 a 11 anos de idade e matrícula nas quinta e sexta séries de 70% da população escolar de 12 a 14 anos. Já para o ensino médio foram: matrícula de 30% da população escolar de 11 e 12 a 14 anos nas duas primeiras séries do ciclo ginásial; matrícula de 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries do ciclo ginásial; e matrícula de 30% da população escolar de 15 a 18 anos nas séries do ciclo colegial. Para o ensino superior ficou a expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, de metade dos que terminam o curso colegial.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 1962, acabou por ser interrompido pela ditadura militar, o mesmo previa a solução do analfabetismo em nossa sociedade, nessa mesma onda de pautas educacionais houveram vários movimentos que foram atrapalhados pelos militares e muitos de seus líderes acabaram sendo presos e exilados.

Os militares ao assumirem o poder da nação brasileira apontaram que o problema do analfabetismo era um problema simples de ser resolvido, na visão deles se trata de um mero problema técnico e de método, eles não consideravam o problema do analfabetismo como o mesmo deveria ser tratado que é como um problema social.

Durante os anos iniciais da tomada do poder por parte dos militares no campo educacional ganha evidência em cenário nacional a campanha Cruzada de ação básica cristã, também conhecida como Cruzada ABC, que no período de 1960 era tida como a única campanha educacional correta aos olhos da ditadura militar no que diz respeito a alfabetização de pessoas. A Cruzada de ação básica cristã, surge em 1962 em Recife, toda a sua proposta foi desenvolvidas por professores, professores esses que pertenciam ao colégio evangélico Agnes Erskine.

As primeiras ações do movimento ocorreram em escala estadual com o intuito de alfabetizar o maior numero de pessoas, rapidamente a Cruzada ABC ganhou apoio social e também político, pois o governo de Recife na gestão de Cid Sampaio foi conivente com o movimento, com o passar dos anos a Cruzada deixa algo em escala regional e passa a ser algo de escala nacional, sendo um movimento respaldado pelo golpe militar de 1964.

A cruzada se manteve efetiva e mostrando resultados durante seus anos iniciais de funcionamento, entretanto com o passar dos anos os seus resultados e credibilidade começaram a cair e serem questionados, os gastos do seu funcionamento também começaram a ser algo bastante questionados, pois para se manter em funcionamento era preciso muitos recursos, os recursos eram gastos e o retorno não era o esperado, diante disso a Cruzada de ação básica cristã ou Cruzada ABC foi desligada do seu funcionamento e substituída pelo Mobral em 1970.

A educação tecnicista foi bastante reproduzida durante o período militar, os militares iam contra varias formas de emancipação através da educação e para manter a população longe dessa “ameaça” que era capacidade de compreender o mundo no qual se esta inserido, os militares focaram na educação em moldes voltados para o mundo industrial onde “O aprofundamento das relações capitalistas decorrente da opção pelo modelo associado-dependente trouxe consigo o entendimento de que a educação jogava um papel importante no desenvolvimento e consolidação dessas relações”. (SAVIANI, 2008, p. 365).

A educação tecnicista é caracterizada por um fenômeno que pode ser considerado como uma prática não pedagógica, a educação tecnicista transforma tanto os alunos quanto os professores em meros receptores de conteúdos, dentro desse molde de educação não se produz muitas coisas, mas sim, se reproduz as coisas, mais braços e menos cérebros ativos é que caracteriza a educação tecnicista. As demandas industriais vindas dos anos de 1930 com seu foco no desenvolvimento urbano e industrial influenciaram bastante na propagação desse molde educacional em nosso país.

O analfabetismo no Brasil sempre foi visto a partir de um percepção distorcida, sempre foi visto como causa de toda a desordem social e não como o efeito dos problemas sociais vivenciados no nosso país, essa visão equivocada e destorcida contribuiu para uma compreensão equivocada do analfabetismo em nossa sociedade. A educação de adultos no Brasil, em comparação com educação voltada aos jovens sempre teve uma disparidade grande, esse cenário começou a sofrer mudanças significativas nos anos 60 em nosso país.

Devido a crescente educacional que o país vinham sofrendo, a percepção, ainda que em uma escala pequena, sobre o analfabetismo e o analfabeto passam a ser revistas, isso possibilitou que o analfabeto vítima desse descaso social não fosse

mais “tratado com um ser a que lhe falta algo que precisa adquirir, mas como uma pessoa necessitada de rever suas posições, conscientiza-se de seu mundo, procurar analisar, compreender e transformar-se profundamente, se for o caso” (ROCCO, 1979, p.106).

Com o monopólio da educação nas mãos dos militares, os mesmos controlavam o que deveria ser ensinado e o que deveria ser reproduzido, sendo assim, com esse poder todo nas mãos as chances dos movimentos que faziam oposição ao governo se destacarem e se fortalecerem diminuí de forma significativa, mas isso está longe de ser uma estratégia 100% assertiva pelos militares, pois mesmo com a censura praticada pelo governo muitos movimentos resistiam em certa medida.

O Mobral quando parado para ser analisado se destaca em relação aos outros movimentos de carácter educacional, devido a sua rápida distribuição pelo país, o Mobral se estabeleceu de forma bastante acelerada por várias regiões do Brasil, esse feito não se deu por conta da sua eficiência e os bons resultados do programa, o mesmo só se tornou conhecido em nível nacional por ser um programa pertencente aos militares que em comparação com outros movimentos não eram marginalizados e nem perseguidos.

Juntamente com o Mobral e seus objetivos se encontravam dois programas/metodologias, o programa de alfabetização funcional (PAF) e o programa de educação integrada (PEI). Os dois programas funcionavam de forma complementar para um melhor funcionamento da alfabetização da população.

O programa de alfabetização funcional (PAF), durava por 5 meses e suas aulas tinham a duração média de 2 horas, suas principais metas eram realizar e conduzir técnicas de escritas, leituras e cálculos básicos para a população que necessitava dessas instruções, através dessas medidas se acreditava que era possível alfabetizar e preparar os analfabetos para viver e compreender o mundo ao seu redor, ao final dos 5 meses de curso cabia aos professores avaliarem os seus alunos e verificar se elas poderiam ser considerados alfabetizados, caso os alunos fossem considerados alfabetizados os mesmos ganhavam um diploma de “aluno certificado” que servia de comprovante da alfabetização deles.

Já o programa de educação integrada (PEI), funcionava como uma continuação para os novos alfabetizados vindos do programa de alfabetização funcional (PAF), o programa de educação integrada permitia aos seus alunos a

continuação dos estudos, estudos esses voltados para a área técnica, o que permitia a uma melhor qualificação profissional dentro do mercado de trabalho, o momento de crescimento econômico do país no período facilitava o processo de inclusão dos novos alfabetizados no mercado de trabalho.

É perceptível que os militares além de imporem suas vontades através da violência, da censura e das diversas formas de repressão, também optaram por implementarem suas vontades nas entrelinhas das metodologias educacionais, educação essa de carácter tecnicista voltada para a mão de obra e o mercado de trabalho.

O Mobral em seu funcionamento se apoiava em medidas administrativas e a soma dessas medidas contribuía para o funcionamento do movimento educacional militar por todo o país. As medidas administrativas se dividiam no Mobral central, nas coordenações estaduais e nas comissões municipais. O Mobral central era o órgão de controle central das práticas pedagógicas e das avaliações realizadas dentro dos moldes do regime militar, as coordenações estaduais tinham como objetivo fazer o acompanhamento dos programas em nível estadual sendo esse o representante do Mobral central por diferentes regiões do país, já as comissões municipais eram os verdadeiros responsáveis pela execução dos planos e metas do Mobral na prática, eram as comissões que lidavam diretamente com a população analfabeta no cotidiano.

Em 1970, no início da consolidação prática do Mobral o país contava com uma taxa de cerca de 33 % da população em estado de analfabetismo, já ao final do movimento educacional dos militares os mesmos afirmavam que a redução nas taxas foram significativas e o país tinha menos de 10% de sua população em estado de analfabetismo, é evidente que essas informações são questionáveis, principalmente quando colocadas em comparação com os dados do IBGE em relação as taxas de analfabetismo do mesmo período.

O Mobral se constitui como programa educacional, mas para além disso o mesmo é também um movimento político, política essa que antes de tudo tem um carácter totalitário devido ao fato de pertencer ao regime militar. Os militares tinham o intuito de fazer do Mobral o único movimento educacional do país após o ano de 1964, para atingir tal feito e ao mesmo tempo se promover socialmente os militares passam a olhar para os analfabetos e as grandes massas sociais.

A intenção por trás de tornar o Mobral o único movimento educacional vigente no Brasil depois da década de 60 não era para proporcionar um destaque social e uma melhor qualidade de vida para as classes mais abastadas, mas sim, para controlar e conter as possíveis agitações vindas através de outros movimentos sociais e educacionais que caminhavam na contramão do regime militar.

Com a sua consolidação posta em prática Mobral passou a mostrar como seus resultados não eram muito efetivos e nem muito confiável com suas propostas. Suas medidas administrativas juntamente com seus métodos de ensino se tornaram bastante confusos e contraditórios em certos pontos, passando a fazer as coisas sem muito respaldo educacional fundamentado e caso os resultados dessem errado a culpa não seria dos militares e seu regime, mas sim dos próprios analfabetos que eram vistos como uma espécie de tábua fechada para o conhecimento, essa visão distorcida do estado do analfabeto se fazia presente na época.

Movimentos educacionais e sociais tomam conta do país durante as décadas que se passam a partir dos anos de 1930, porém em 1964 os militares tomaram o controle da nação e com isso interrompem o processo de mobilização social e de alfabetização em todo o país, tal feito seria executado para combater supostas ameaças a verdadeira democracia do país.

Durante os anos de 1960 o país contava com cerca de 39,6 % da população de 15 anos ou mais em estado de analfabetismo e nesse mesmo período ainda se fazia presente em nossas normas constitucionais a negação do voto aos analfabetos.

Diante desse cenário de mais de 1/3 da população em estado de analfabetismo as pessoas que ocupavam cargos de liderança política se viram pressionados a fazer algo para reverter esse cenário, temendo a emancipação intelectual de boa parte da população devido aos trabalhos realizados pelos diversos movimentos educacionais espalhados pelo país, os militares criam o Movimento brasileiro de alfabetização ou Mobral que pretendia acabar com analfabetismo no Brasil em até 10 anos, o governo pretendia alfabetizar o maior número possível de pessoas em um curto período de tempo e para isso não seguiram instruções de órgãos educacionais, sejam eles nacionais ou internacionais, para se ter um apoio mais concreto sobre o processo de alfabetização em massa.

Dois grupos de pessoas se estabelecem com a consolidação do Mobral em solo nacional, o grupo de pessoas que vieram no Mobral uma continuação das

práticas de Paulo Freire e dos movimentos educacionais vindos de décadas passadas que fizeram a educação ganhar relevância no cenário político nacional, e o outro grupo era de pessoas que não viam similaridade entre os moldes educacionais do Mobral e dos movimentos educacionais vindos de décadas passadas, dentro desse segundo grupo ainda haviam pessoas que apoiavam o governo e por isso defendiam a superioridade do Mobral em relação a qualquer outro movimento educacional e também as pessoas que entendiam que não se poderia comparar o Mobral com nenhum outro movimento educacional, pois se tratava de propostas e intenções ideológicas distintas. .

O Mobral tinha como finalidade acabar com o analfabetismo no país ainda na década de 1970, Para tal feito suas propostas eram as de desenvolver nos alunos as habilidades de leitura, escrita e contagem, desenvolver um vocabulário que permita o enriquecimento de seus alunos, desenvolver o raciocínio, visando facilitar a resolução de seus problemas e os de sua comunidade, formar hábitos e atitudes positivas, em relação ao trabalho, desenvolver a criatividade a fim de melhorar as condições de vida aproveitando os recursos disponíveis, levar os alunos a conhecerem seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária, a se empenharem na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal, familiar e da comunidade, a se certificarem da responsabilidade de cada um, na manutenção e melhoria dos serviços públicos de sua comunidade e na conservação dos bens e instituições, a participarem do desenvolvimento da comunidade, tendo em vista o bem-estar das pessoas. Essas eram todas as metas a serem alcançadas pelo Mobral para que segundo o próprio governo o país se livrasse do analfabetismo e se tornasse uma grande potência mundial.

O surgimento do Mobral aconteceu em 15 de dezembro 1967, somente 3 anos depois da instauração do golpe militar de 1964. Em seu surgimento o Mobral era bastante diferente do Mobral que se pode ver em funcionamento a partir de 1970, toda a sua estrutura e finalidade se modificou ao passar de 3 anos. Em sua origem primeira o Mobral era uma fundação ligada ao departamento de educação nacional do ministério nacional de educação (MEC), a fundação Mobral tinha como finalidade auxiliar tecnicamente e financeiramente a educação de jovens e adultos no país. Assim segue o movimento brasileiro de alfabetização até os ano de 1970, quando ocorre uma mudança radical na sua estrutura e funcionamento.



Em 1970 o Mobral passa a atuar não mais como uma campanha que ajudava no financiamento de outros movimentos educacionais, mas sim como um movimento educacional que pretendia ser o único e o mais eficiente que o país poderia ter, o Mobral seria uma extensão da ditadura militar dentro da educação, através do movimento seriam implementadas as vontades dos militares na educação de jovens e adultos.

Caso os resultados do movimento brasileiro de alfabetização se mostrassem negativos ou muito distante do que se esperava a culpa do fracasso do movimento não seria culpa dos militares, mas sim dos próprios analfabetos e do passado educacional tido como caótico pelos militares.

Quando ouvimos falar de chavões do comunismo internacional, da sua chamada „educação libertadora“, da sua „pedagogia do oprimido“, ocorreremos que tudo isso começa com a grande contradição de que o ser humano é chamado a figurar dentro de um esquema que tem um objetivo previamente determinado, sobre o qual esse homem não influirá de modo algum. Ou será que os dogmas marxistas são passíveis de críticas nos „Centros de Cultura“ em que se faz a „pedagogia do oprimido“? Não poderia haver nada mais opressor... Ao contrário, no Mobral as pessoas discutem com toda liberdade, e sem qualquer dirigismo, as coisas do seu mundo, que é também o mundo do alfabetizador [...] Nossos livros, nossas cartilhas [...] não contêm uma carga de ódio nem são desnecessariamente mórbidas. [...] E aí começa a responder à pergunta sobre os antagonismos entre „educação libertadora“ e o Mobral. Na verdade, não existe inovação em qualquer dos métodos porque a sua pedagogia é igual ao que se faz desde a década dos trinta [...]. no curso da „pedagogia do oprimido“ trata-se de palavras de cunho revolucionário que incitam à luta armada, ao ódio entre classes. [...] Não era uma campanha de politização radical, de subversão, que se aproveitava da alfabetização como seu caldo de cultura.(CORREA, 1979, p. 50-51)

Ou seguinte afirmação:

O governo assumiu corajosamente o pesado compromisso, empenhado em pagar as dívidas passadas de um sistema educacional deficiente e insuficiente para o atendimento universal aos mais carentes. Foi também um ato de ousadia deflagrar um programa que nenhum país conseguiria levar adiante, tendo que formar seu próprio conhecimento, preparar técnicos e pesquisadores, fazer tudo a partir do zero.( Ibid., p. 28).

Essa tendência de se ausentar da culpa e colocar o peso do fracasso no ombro dos próprios analfabetos não é algo novo na história do analfabetismo em nosso país, ao colocar a culpa nos próprios analfabetos e nos movimentos educacionais vindos antes de 1960 os militares só estavam reproduzindo práticas

preconceituosas vindas de períodos anteriores, ao invés de combater tal prática, os mesmos as reproduziam.

O Mobral por muitos já foi considerado o mais expressivo programa educacional que já se tivemos em nosso país. O movimento educacional tem seus méritos, mas não se pode atribuir esse título ao Mobral pelo simples fato de que o mesmo foi um movimento que se fez presente em praticamente todo o solo nacional. O seu funcionamento e propagação pelo país só se deu por conta das parcerias com as forças armadas, os correios e o banco do Brasil, essas parcerias possibilitou o Mobral de funcionar e se fazer presente em nível nacional com suas bases funcionando de forma mais efetiva.

Toda a estrutura administrava do movimento dos militares se pautavam na obtenção de material didático atrativo e de baixo custo, pois para os militares investimento na educação de adultos não poderia tomar muito dinheiro público, uma ampla descentralização administrativa com a transferência das funções executivas para as comissões municipais, fazendo isso o Mobral central se via mais livre de suas obrigações e de possíveis cobranças, desenvolvimento de esquemas e parcerias operacionais padronizadas, capazes de tornar logisticamente viável um programa de alfabetização de larga escala, visto que o Mobral foi um movimento que esteve presente em diversas regiões do país sendo elas urbanas e rurais.

O movimento educacional dos militares para se promover soube muito bem fazer propagandas através dos meios comunicacionais da época. Tais propagandas eram divulgadas em jornais, revista e rádios, um meio bastante utilizado na época foram os jornais impressos que deram palco para a tentativa de legitimar todas as ações do Mobral, muitas das vezes apontando as ações do regime militar como um mal necessário.

A dominação dos meios comunicacionais e das produções impressas por parte do governo não se limitava somente a produzir e imprimir em jornais e revistas os feitos do Mobral, mas também se tinham produções em massa dos materiais didáticos utilizados pelo movimento educacional dos militares que podem ser divididos em dois principais, o kit aluno e o manual do professor.

O kit do aluno era composto por três apoios pedagógicos, sendo eles um livro de leitura, um caderno de exercícios e um livro de matemática, matemática essa que só contemplava a matemática básica. Entre todos os apoios pedagógicos

destinados aos alunos o que mais tinha relevância era o livro de leitura. Nele estava transcrito todo o percurso que os alunos percorreriam durante os quase 6 meses de curso feito através do Mobral, no livro estava todas as palavras-geradoras e 27 lições, onde ao final da excussão de todas as lições os alunos segundo os agentes do Mobral estariam aptos para serem considerados novos alfabetizados. A última lição do livro de leitura tinha como desafio a proposta de colocar os alunos para escreverem uma carta. Muitas cartas foram destinadas ao Mobral central com agradecimentos e felicitações feitas pelos alunos que agora se sentiam inclusos na sociedade letrada.

O manual do professor continham as instruções para os professores de como deveria ocorrer todo o desenvolvimento das aulas e do curso de alfabetização como um todo, o intuito do manual oferecido pelos governo militar além de instruir os professores era também garantir que o conteúdo transmitido dentro das salas de aulas eram conteúdos que estariam alinhados com os moldes aceitáveis para os militares. O manual era algo de uso obrigatório para todos os professores do Mobral, no manual além das resoluções das lições presentes nos livros dos alunos, também tinha instruções sobre como conhecer melhor os alunos e como ensinar os mesmo, tudo sempre alinhado metodologicamente com os moldes do regime militar.

É valido ressaltar que para se tornar um professor do Mobral não era preciso de formação em pedagogia e nem em licenciatura, o Mobral aceitava qualquer cidadão que quisesse ser um professor para contribuir com os avanços da nação, bastava somente querer ser professor e saber ler e escrever.

Nas cartas enviadas ao Mobral central é verificada muitas denúncias da realidade não divulgadas pelos militares. Queriam manter a publicidade do movimento educacional de "sucesso". As cartas eram enviadas ao Mobral central com petições e sugestões para um melhor funcionamento das práticas do Mobral em diversas regiões do país, as cartas eram escritas tanto por professores do Mobral como por alunos mais familiarizados com a escrita e a leitura. As cartas tanto de alunos quanto de professores do Mobral presentes no Arquivo Mobral pertencente ao INEP mostram a real aplicação do Mobral pelo Brasil.

As cartas escritas pelos alunos em sua maioria tinham um caráter positivo, as cartas eram repletas de elogios e agradecimentos feitos pelos alunos que só estavam se comunicando com os agentes do Mobral graças a conclusão do curso de alfabetização dos militares, nas cartas além dos agradecimentos dos alunos para

instituição do movimento brasileiro de alfabetização, também havia muitas menções ao então presidente da época Emílio Garrastazu Médici.

Ao analisar as cartas escritas pelos professores presente no INEP – Arquivo Mobral fica evidente em comparação com as cartas dos alunos a presença de denúncias sobre as condições de funcionamento do Mobral em determinadas turmas e regiões é mais contundente. Nas cartas dos professores é possível constatar que a aplicação prática do Mobral não era igual para todas as regiões do Brasil, de região para região faltava recursos e condições dignas para que as aulas acontecesse, os professores que ensinavam as comunidades de zonas rurais eram os que mais sofriam com a falta de material didático para uma melhor fluidez da aula, os professores de zonas rurais também sofriam com a questão da locomoção que era feita sem nenhum apoio por parte do governo militar.

Através das cartas do alunos do Mobral ao Mobral central é possível perceber o perfil das pessoas que frequentavam as salas de aula do movimento educacional dos militares, em sua grande maioria eram pobres sem escolaridade com trabalhos informais ou até mesmo desempregados, sendo moradores de zonas rurais e de pequenas cidades e em muitos casos sem acesso a condições básicas para a sobrevivência, sem acesso a água encanada e a luz elétrica.

Somente na segunda metade da década de 70 começam as críticas ferrenhas ao Mobral, isso não significa que antes disso não haviam críticos, pois se tinha críticos desde o seu surgimento, mas após a segunda metade da década de 70 elas ganham outras proporções. As críticas se dão pelo fato de que o povo tinha outras "fomes" para serem saciadas fora a fome por conhecimento letrado, havia uma carência por mais apoio social por parte dos militares após o término do período de capacitação do Mobral.

A formação acadêmica concreta dos professores atuantes no Mobral é algo assustador em certa medida, para realizar a prática do ofício e alfabetizar os alunos analfabetos do movimento não era preciso ter formação acadêmica, o Mobral central apenas disponibilizava um curso de capacitação para todos aqueles que desejassem ensinar nas salas de aulas do Mobral. A capacitação era realizada em três etapas, sendo elas o curso de formação presencial, a supervisão via correspondência e as visitas de supervisão.

O curso de formação presencial abordava os seguintes tópicos em sua matriz, a alfabetização em uma perspectiva de educação permanente, as características do aluno adolescente e adulto, a relação professor-aluno, os princípios de aceleração e de funcionalidade que estão subjacentes à metodologia do programa, a metodologia do programa de alfabetização funcional: cartaz gerador, palavras geradoras, técnicas de trabalho em grupo e de trabalho diversificado, a utilização do material didático, conteúdos gerais necessários ao desenvolvimento da metodologia: alimentação, trabalho, comunicação, cultura, higiene e saúde, transporte, habitação, avaliação do aluno e auto avaliação do alfabetizador. O tempo de duração desse curso presencial era de cerca de uma semana ou 24 horas/aula onde era apresentado aos interessados em se tornarem alfabetizadores o manual do professor do Mobral, onde se tinha as instruções para ditar a forma como se percorria todo o percurso do curso de alfabetização dos militares.

A supervisão via correspondência, esse processo do Mobral se passava após a consolidação das estruturas funcionais do movimento, depois do início das aulas e do processo de ensino as correspondências sobre os andamentos das aulas aconteciam, as mesmas eram realizadas entre professores e as coordenações do Mobral com a finalidade de explicar os resultados ou falta deles dentro do processo vivenciado nas salas de aula do Mobral.

As visitas de supervisão, essas visitas eram feitas pelos agentes do Mobral em nível municipal. Tais visitas tinham como finalidade acompanhar e verificar o desempenho dos professores do Mobral, os agentes verificavam se estavam sendo seguidas as instruções para os ensino da leitura, da escrita e o ensino básico da matemática. Muitas das visitas eram feitas de surpresa e sem avisos prévios e essa falta de noção de não saber quando seriam visitados deixavam os professores em constante receio dentro das salas de aula.

Na tentativa de expandir cada vez mais o alcance do movimento os militares em 1972 resolvem lançar o Mobral em versão de áudio para que o mesmo fosse transmitido através dos rádios por todo o país. Através do rádio foi possível alcançar polos tanto urbanos, quanto rurais de todas as regiões do Brasil.

Com a migração para o meio radiofônico não houve mudanças na estrutura total do Mobral. Os conteúdos e metodologias continuaram os mesmos, mas agora se davam através de programas radiofônicos que gradativamente deveriam se expandir por todos o Brasil.

As aulas radiofônicas se davam através de 12 aulas e seguiam o seguinte planejamento : a primeira aula trataria sobre alfabetização funcional, a segunda aula do papel do professor e do aluno, a terceira aula sobre motivação, a quarta aula de métodos e técnicas de trabalho, a quinta aula sobre métodos e técnicas de trabalho, a sexta aula avaliação, a sétima aula de mecânica de alfabetização funcional, a oitava aula seria sobre a palavra geradora/o estudo dos fonemas, a nona aula sobre leitura e a escrita, a decima aula sobre matemática moderna, a decima primeira aula sobre matemática moderna, decima segunda aula sobre matemática moderna. Assim era a cronologia das aulas do Mobral via serviço de radiodifusão educativa ligada ao ministério da educação e cultura.

Ameaçados com os grandes níveis de analfabetismo que ainda se faziam presentes no Brasil nos anos de 1970, essa foi a aposta dos militares, investir nos meios radiofônicos, pois assim se imaginava acelerar e concluir a meta de acabar com o analfabetismo no país em 10 anos.

Na prática a migração para o sistema radiofônico não aconteceu como se esperava, haviam dificuldades diversas na execução por completo do plano de ensino por todas as regiões do país, as dificuldades se davam pela falta de qualidade e intensidade do sinal da frequência dos rádios que nem sempre estavam instável, dificuldades se davam também através dos próprios alunos que não conseguiam acompanhar o ritmo da aula e sua linguagem formal, a falta de concentração dos alunos também era algo que dificultava o bom rendimento das aulas. Todas as dificuldades podem ser resumidas na falta de afinidade com o rádio como um apoio pedagógico.

O Mobral como bem se sabe além de se apresentar como um movimento educacional, também era um movimento de carácter político que funcionava como uma extensão do regime militar, diante disso os militares se aproveitam da formação de seus alfabetizando para tentar ganhar votos e legitimar seus feitos durante o período ditatorial, pois os novos alfabetizados já podiam votar e participar mais ativamente das eleições e os militares se aproveitaram disso para se promover e desqualificar os movimentos de oposição ao regime militar.

O Mobral passou a ter a sua imagem cada vez mais associada a uma imagem negativa com o processo de reabertura política. Na visão de muitos educadores da época o Mobral estava mais preocupado em ostentar o número de inscritos no programa do que em promover uma alfabetização de qualidade, em dar diplomas

aqueles alunos que não sabem efetivamente ler e escrever, gerando assim números falsos para promover o suposto “fenômeno” que era seu movimento.

Em 1975 o Mobral passa por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) instaurada pelo senado federal, a CPI foi convocada depois de denúncias feitas ao movimento de alfabetização dos militares, as denúncias diziam que o Mobral estava atendendo crianças a partir de 9 anos de idade em suas salas de aula., o que não poderia ser feito, pois seu público alvo não eram as crianças, mas sim os jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade. A CPI do Mobral começou com a denúncia de aulas sendo dadas para crianças, mas o seu desenvolvimento trouxe o apontamento de outros problemas como os altos gastos feitos com publicidade, os baixos salários dos monitores, a forma inconstitucional com a qual era feita a aquisição do material didático. Desconfiança popular foi o que a CPI causou ao Mobral.

Os anos finais do Mobral foram acompanhados por muito desespero por parte dos militares e por contestações por da população em relação aos supostos níveis de progresso alcançados pelo movimento de alfabetização do militares.

## **2.1- O “sucesso” do Mobral.**

Ao longo da história geral do Brasil os índices de analfabetismo sempre se mantiveram altos, as altas taxa nos níveis de analfabetismo nem sempre tiveram o foco que tal problema requer que se tenha, através dos censos demográficos do IBGE é possível ver as altas taxas de analfabetismo que sempre prejudicaram a nossa população ao longo do tempo. O primeiro censo que se tem registro data de 1872, isso significa que através dos censos é possível verificar os índices de analfabetismo do nosso país por mais de 100 anos.

No período de análise trabalhado nessa pesquisa, os censos nos indicam que em 1960 o país tinha 15.964.852 pessoas em situação de exclusão do mundo letrado, isso corresponde a um número percentual de 39,6% da população, essa porcentagem pode ser a princípio considerada como uma porcentagem bastante satisfatória para a época, visto que houve uma redução considerável nos níveis de analfabetismo em relação ao censo anterior, o censo de 1950 que aponta para número percentual de 50,5% de analfabetos entre pessoas acima de 15 anos ou mais de idade.

Ao olhar para o analfabetismo na década de 1960, pode-se levar a crer que esse é um período especial dentro da trajetória do analfabetismo em nosso país, porém a pesquisa realizada no censo de 1960 para se chegar a tal resultado ao resultado final foi bastante diferente dos demais censos demográficos. Os censos normalmente eram realizados através de perguntas como: sabe ler e escrever?, Porém, no censo de 1960 na realização de seus levantamentos sobre os índices de analfabetismo do país a pergunta que foi feita não foi a se as pessoas sabem ler e escrever, a pergunta feita foi: sabe ler? Essa diferença na formulação da pergunta pode ter contribuído para uma suposta queda do analfabetismo durante a verificação das pessoas que se consideravam analfabetas, esse visão sobre a década de 1960 e seu censo é retratada por Ferraro (2009).

Com a consolidação e toda a perseguição e censura realizada pelos militares contra os movimentos educacionais, os mesmo se viram forçados a realizar ações na área educacional para combater as necessidades da época. O plano setorial de educação e cultura de 1972 surgiu para enfatizar os planos dos militares para a educação, o plano pretendia universalizar o ensino fundamental e gratuito para crianças dos 7 aos 14 anos, essa era a estratégia para acabar com o analfabetismo nos anos iniciais, já para os adultos se tinha a meta de através das medidas realizadas pelo governo acabar o analfabetismo entre jovens e adultos dos 15 aos 35 anos de idade, isso ainda na década de 1970.

A obrigatoriedade do ensino fundamental proposta pelos militares não foi algo inédito daquele período, nas constituições de 1934, 1937 e 1946 é possível verificar a presença dessa pauta. A proposta dos militares se tratando do ensino voltado para os jovens e adultos tem um problema evidente em sua formulação, a proposta tinha por objetivo alcançar somente pessoas dos 15 aos 35 anos, com tal ação a população com idade superior aos 35 anos continuaria sem reparo social e privados do mundo letrado.

Os agentes do Mobral para mostrarem o sucesso do seu movimento afirmavam que entre os anos de 1970 e 1977 teriam reduzido o analfabetismo do país de 33,6% para 14,2%, ao se deparar com tal afirmação é fácil constatar e reconhecer o sucesso que o Mobral teve na sociedade brasileira, entretanto esses dados foram divulgados pelos próprios militares e quando comparados com as PNAS de 1977 e o censo 1980 os dados dos militares não se sustentam.



Em 1979 foi publicado o PNAD de 1977, os dados e informações contidas nele rapidamente chamou a atenção dos militares que não gostaram das informações divulgadas, pois a PNAD de 1977 contradizia as informações divulgadas pelos agentes, a PNAD revela uma porcentagem de 23,7% da população analfabeta, essa porcentagem se mostrou muito diferente da propagada pelo Mobral, para reforçar os dados da PNAD de 1977 se tem também o censo de 1980 que apontava para uma porcentagem de 25,5% de analfabetos na faixa de 15 anos ou mais de idade, comparando as porcentagens da PNAD e do censo é visível um aumento percentual nos níveis de analfabetismo, esse aumento se dá por conta do acréscimo das zonas rurais na pesquisa realizada pelo censo de 1980, coisa que não foi incluída na PNAD de 1977.

As pesquisas realizadas pelo IBGE não confirmam os dados apresentados pelo Mobral, sabe-se que os militares durante o período em que ficaram no poder os mesmos controlaram os meios de comunicação e por meio destes se promoviam de diversas maneiras e em várias áreas. Eles usaram de sua influência para promover de forma equivocada o "sucesso" do Mobral, as fontes do IBGE nos mostra isso.

Com o fim do Mobral e também do regime militar no Brasil, houve o processo de reabertura política para reparar os estragos feitos em diversas áreas da sociedade, incluindo nisso a área educacional. A educação passou a ter uma relevância maior e um caráter mais libertário em comparação com os moldes vividos no período ditatorial.

## **2.2- O Mobral e Paulo Freire.**

Programas educacionais preocupados em fazer reparações para os públicos que necessitam de auxílio educacional começam a surgir no Brasil com mais intensidade a partir da década de 1930, anterior ao Mobral houve a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes de 1947 a 1963, a Campanha Nacional de Educação Rural de 1952 a 1963, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo de 1958 a 1963, Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo de 1962 a 1963, e as Comissões de Cultura Popular e Programa Nacional de Alfabetização de 1963 a 1964. A corrente de movimentos educacionais que tinha por objetivo minimizar o analfabetismo em nosso país, mas os movimentos não se limitam somente esses movimentos, se tem indícios de muitos outros.

Nesse sentido, para Paulo Freire, a educação não é algo neutro como muitos atuantes na área educacional fazem parecer, o mesmo acreditava :

[...] numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação. (FREIRE, 1980:104).

Essa visão de educação libertadora de Paulo Freire, foi descartada frente as medidas normativas do regime militar. A forma como os militares viam a educação e entendiam como ela deveria ser pode ser destacada da seguinte forma:

O MOBRAL concebe a educação como investimento, como preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento inquestionável, isto é, como estava sendo concebido pelo Modelo de Brasileiro de Desenvolvimento. Assim sendo, o que tem de fazer é realmente usar esse método antidialógico, que em nenhum momento possibilita a horizontalidade com o MOBRAL/CENTRAL de onde emanam os objetivos a serem atingidos. Então, o processo de alfabetização passa a ser o momento em que a preocupação é com o ensinar a palavra, treinar o aluno para ler e escrever a palavra já que traz o significado adequado. A ênfase na decodificação da palavra, na aprendizagem das técnicas de ler e escrever, facilita o desenvolvimento de habilidades que permitem a apreensão de informações que fazem o alfabetizando entrar no grupo de que participam do desenvolvimento. Esse método propõe situações de análise e de síntese relacionando-as com uma palavra que representa a realidade que deve ser alcançada, desejável, onde já estão os grupos que contribuem para o desenvolvimento (JANNUZZI, 1987:65).

A forma como o pedagogo Paulo Freire e os agentes do Mobral enxergam a educação e a colocam em prática se diferenciam muito. Na visão de Paulo Freire os educadores do Mobral com seus métodos de alienação não poderiam ser considerados educadores de fato, visto que “ o educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez dessas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca”. (FREIRE, 2005:67).

Para Paulo Freire, a alienação pode ser entendida como a perda da condição de sujeito ativo na sociedade que todos nós temos ou que deveríamos ter, se

tornando assim um ser de limites ditados por outros, vivendo em condições de vida desumanas e sujeitos a serem explorados pelas elites.

Paulo Freire foi bastante perseguido pelo regime militar de 1964, o mesmo chegou a ser preso e exilado por conta das grandes repressões vindas por parte do governo, toda a perseguição se deu por conta de leituras de mundo através da educação diferente das impostas pelo governo.

Mobral e seu fim chegam em 1985, com o processo de reabertura política os moldes educacionais voltados a população adulta e analfabetas voltaram a direcionar seu olhar para as práticas pedagógicas inspiradas nos modelos libertários de Paulo Freire, que mesmo com toda a censura e a perseguição feita pelos militares acabou por resistir e se provar necessária para a educação brasileira.

### **2.3- Escola e a reprodução das desigualdades.**

Passados anos de história do Brasil, e chegando até às décadas mais recentes, é perceptível a presença da desigualdade educacional em nosso meio, ela foi e continua sendo reproduzida em nosso país, na teoria tal fenômeno não deveria ocorrer, pois com o processo de reabertura política a alfabetização foi universalizada e todos tem acesso igual a educação em nosso país, mas na prática não é o que se pode verificar.

O sistema educacional em certa medida no nosso país produz e reproduz muitas desigualdade e violências, muitos do problemas sociais vivenciados fora do muros das escolas são trazidos para dentro das salas de aula e isso em certa medida alimenta as desigualdades sociais e faz muitas vítimas em nosso país.

Percebe-se uma contradição envolvendo a universalização do ensino em nosso país, ao analisar as frequências escolares das crianças ao longo das décadas após o fim da ditadura militar e da reabertura política do nosso país nota-se um número grande de crianças excluídas do processo de ensino e aprendizagem.

Desde de a reabertura política vivenciada no Brasil nos anos de 1980, circula no país a ideia de que já alcançamos a universalização do ensino, quando na realidade os censos demográficos demostram o contrário disso, o cenário só começa a realmente mudar significativamente nessa área a partir dos anos 2000.

Como já explorado no primeiro capítulo desse trabalho, o Brasil é repleto de problemas sociais, muitos desses problemas acabam por fazer muitas vítimas e

muitas dessas vítimas acabam ficando isoladas e marginalizadas socialmente em nosso país, a exclusão se faz presente dentro do sistema educacional, isso é uma grande contradição, mas acontece em nossa sociedade. A exclusão em nosso meio pode ser vista através da falta de acesso a cultura, lazer, educação, moradia e etc. sua causa está ligada a cultura da meritocracia que se faz presente em nosso meio durante os dias atuais.

O perfil das vítimas da reprodução e exclusão educacional devido ao mito da universalização do ensino fundamental são crianças pobres que sofrem com as várias faces da desigualdade além da desigualdade educacional. Dentro desse cenário do perfil dos excluídos do processo educacional existem uma disparidade envolvendo gênero, em comparação com as meninas os meninos se apresentam como as maiores vítimas da exclusão educacional, em sua maioria devido ao fato de pertencerem a classes sociais mais abastadas precisam desde cedo ingressar no trabalho infantil forçadamente para ajudar a suprir nas necessidades de casa e com isso a educação e a escola acabam sendo deixadas de lado, tratando a disparidade entre os polos urbanos e os polos rurais esse cenário de exclusão pode se intensificar ainda mais.

Quando se fala de universalização do ensino fundamental no Brasil é preciso entender que antes de tudo esse é um direito subjetivo tido na nossa constituição libertadora de 1988. No artigo 206 da referida constituição esta posto a:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006); VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988) (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Como se pode verificar são muitas as competências que englobam o tema da educação e seu acesso em nosso país, indo desde os professores e passando pelos alunos, toda a estrutura para um bom funcionamento da educação esta descrita na

constituição federal, mas as execuções dessas mesmas normas no nosso cotidiano deixam a desejar em muitos sentidos.

Tratando sobre educação e descaso no sistema educacional, podemos citar o francês Pierre Bourdieu que se dedicou a aprofundar-se na sociologia da educação, com críticas ao sistema educacional individualista que segundo Bourdieu, reproduz desigualdades. Seus estudos se pautam em analisar os privilégios entre as classes, entre as elites e os marginalizados, mostrando que o sistema como ele é estruturado, acaba por favorecer as elites, reproduzir desigualdades e reforçar a falácia da meritocracia.

É bem verdade que os números evolutivos da educação se movimentaram de forma significativa nas últimas décadas, mas em meio aos efeitos da democratização ainda se faz presente em nosso meio desigualdades em âmbito escolar que é camuflado pela falácia dos "dons pessoais."

O domínio da língua culta em uma sociedade letrada é considerado uma moeda valiosa, moeda essa que é detida pelos que estão no topo da hierarquia social, na visão de Bourdieu essa moeda se caracteriza como uma violência simbólica, violência simbólica pode ser entendida como a imposição da cultura dominante sobre os dominados, aos dominados diante desse cenário existem duas opções, se render ou resistir na medida em que podem aos métodos estáticos praticados pela classe dominante.

O sistema escolar como está estruturado cobra noções culturais que somente alunos familiarizados com a cultura dominante pode ter e apresentar. O mundo se apresenta de forma desigual e nesse mundo desigual a acumulação de capital contribuí para a manutenção da disparidade entre os indivíduos, na visão de Bourdieu, o capital que move o mundo vai além do capital econômico , para o sociólogo francês nossa sociedade é movida por capital econômico, social, cultural e simbólico, os indivíduos que tem afinidade com um ou mais desses capitais possuem vantagens em relação a outros indivíduos que não possuem afinidade com os capitais existentes.

No ambiente escolar a desigualdade acaba por afetar o perfil dos alunos que são desprovidos sobre tudo de capital econômico e cultural, no sistema educacional prevalece no grupo dos dominantes e dos bem "instruídos" os indivíduos com uma bagagem cultural mais refinada, normalmente já trazida de casa e não descoberta na escola.

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre crianças de diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 1998, p.53)

Se tem a ideia de que alguns pessoas nascem com o “dom” da clareza para os estudos e noções sociais, e por isso são mais aptas a entenderem as dinâmicas produzidas dentro dos ambientes escolares, se colocando contra essa visão tendenciosa que favorece aos interesses da classe dominante Bourdieu, aponta que esses supostos “dons” que alguns indivíduos possuem não passa de capitais herdados devido ao seu círculo social.

Percebe-se devido aos mecanismos sociais perversos presentes nos ambientes escolares que alguns indivíduos devido a sua bagagem de capital econômico e cultural possuem vantagens em relação aos que não possuem contato com esses capitais. A imposição posta sobre os dominadores sobre os dominados contribuem para manutenção da exclusão escolar das classes sociais marginalizadas que não se sentem acolhidas dentro dos ambientes escolares, o reflexo desse problema pode ser verificado nos altos índices de abandono e reprovação escolar que por consequência ajudam a manter os níveis de analfabetismo em nosso país altos.

### 3- Conclusão.

O analfabetismo ainda se faz presente de forma grande em nosso meio, ainda hoje se pode ver os efeitos desse mal em nossa sociedade no século XXI. O nosso país sempre desempenhou um trabalho mediano para se combater o analfabetismo e seus males e a educação ocupou um papel secundário na história do Brasil por muito tempo.

Percorrendo toda a história do Brasil e analisando como se apresentava a educação nos diferentes períodos de nossa nação fica evidente que nunca foi de interesse da elite oferecer instruções fundamentais para que as classes sociais marginalizadas alcançassem o mínimo para se ter uma vida digna.

Nesse sentido o problema do analfabetismo nunca chegou a ser de fato uma complicação grave para a elite brasileira, esse cenário começa a mudar a partir dos anos de 1930, porém antes disso o analfabetismo e os analfabetos nunca tiveram a visibilidade social que deveriam ter.

As desigualdades sociais sempre fizeram parte do cenário histórico brasileiro e desde sua origem até os dias atuais, as desigualdades assombram o nosso povo. Em pleno século XXI o nosso país ainda orbita entre as primeiras posições dentro rankings dos países mais desiguais do mundo, esse problema foi colocado em curso no passado de nossa história e continua a ser reproduzido na atualidade, meios para se combater e amenizar os impactos gerados pela desigualdade em nosso país nós possuímos, visto que apesar de orbitarmos entre péssimas posições nos rankings da desigualdade, também ocupamos lugares de destaque entre as maiores economias do mundo.

Andando de mãos dadas com as desigualdades nós temos os preconceitos que atuam de forma tão negativa quanto a desigualdade em nosso meio. Se tratando da desigualdade educacional e o preconceito contra a população analfabeta é possível perceber que o preconceito contra os analfabetos em nosso país foi sendo construído com o passar das décadas. No início o analfabetismo para era visto como um problema de importância primária, o analfabetismo só passa a ser visto como um problema que merecia atenção quando a população iletrada começa a perder sua participação social na política, pois com a proibição dos votos aos analfabetos os grandes donos de terras viram que seu poder econômico já não mais adiantava, juntamente com a proibição do voto aos analfabetos o preconceito com

essa população se intensifica e a mesma passa ser culpada por todos os fracassos da nação.

Muitas visões equivocadas sobre os analfabetos em nosso país fez com que essa população fosse marginalizada ao extremo e tratados com uma grande indiferença em relação as pessoas que sabiam ler e escrever. Esse problema que foi se intensificando em nosso país e a partir de 1930 se tem uma movimentação no cenário educacional na tentativa de implementar medidas para reduzir os índices de analfabetismo que o país tinha.

As agitações na área educacional influenciadas pela projeção de modernidade vinda dos anos de 1930 se expandiu e se manteve em expansão durante as décadas seguinte, apesar de se intensificar os movimentos sociais e educacionais com foco em amenizar os efeitos do analfabetismo em nosso país, os índices desse problema continuavam preocupantes, apenas no início da segunda metade século XX devido a uma forte crescente nos movimentos educacionais por todo o país a alfabetização começa ter destaque e efeito positivo na vida de muitos cidadãos brasileiros.

As dinâmicas educacionais, sejam elas voltadas para os adultos ou para a crianças passam por mudanças significativas com a tomada do poder por parte dos militares no Brasil em 1964. Ao se instalarem no poder os militares se preocuparam em acabar e marginalizar os movimentos educacionais, com isso muitos movimentos educacionais passaram ser silenciados e censurados, chegando a ter seus líderes presos ou forçados a se exilarem para não continuarem com seus trabalhos educacionais que eram vistos como ameaças para os militares, o caso mais famoso do período em questão é caso do pedagogo Paulo Freire que foi preso e exilado pelo regime por alfabetizar o povo pobre.

Nesse cenário de tentativa de censura e controle social os militares se viram pressionados a fazer algo para barrar os índices de analfabetismo no país, diante disso surge em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização ou Mobral, apesar de surgir em 1967, o Mobral é posto em pratica de fato em 1970, sua proposta era a de que esse seria o movimento educacional que acabaria com o analfabetismo no Brasil em até 10 anos, esse era plano que os militares tinham.

Na prática, o Movimento Brasileiro de Alfabetização não se mostrou tão efetivo como os militares pretendiam que fosse, o movimento surge se contrapondo a movimento de alfabetização de Paulo Freire, porém nega a carga política e social



que tal método carregava, pois não queiram correr o risco de ter cidadão pensantes e questionadores de sua própria realidade, por isso a pedagogia dos militares era uma reciclagem das praticas de Freire, mas com um teor predominante de educação tecnicista voltada ao mercado de trabalho e sua mão de obra.

Em seu inicio devido a toda propaganda realizadas por parte dos militares sobre o Mobral, o mesmo foi aceito de forma positiva pela população em geral, mas nesse primeiro momento era de se esperar que isso acontecesse, pois não havia maiores movimentos para se opor ao Mobral, o movimento dos militares era único que poderia funcionar sem perseguição e censura, mas essa aceitação logo passou a ser reavaliada, pois o movimento na pratica se ineficiente em sua metodologia e sua proposta de ser o único movimento educacional presente em território nacional.

Com o passar dos anos a ditadura militar brasileira foi sendo cada vez mais criticada e tudo o que os militares faziam por consequência era mal visto também, diante desse cenário as metas e os resultados envolvendo Mobral passaram a ser cada vez mais frequente. O movimento que tinha como intuito acabar com o analfabetismo e se tornar um braço da ditadura militar na área educacional passou a ser desacreditado por parte da população geral e por pessoas de dentro do Movimento educacional dos militares, como é o caso de professores que não vinham mais o Mobral como uma solução para o descaso educacional em nosso país.

Com o fim da ditadura militar, o Mobral também chegou ao fim e sua metas de acabar com o analfabetismo no Brasil em até 10 anos não mostrou efetiva, não se pode negar que o movimento brasileiro de alfabetização teve seus resultados na alfabetização dos cidadãos brasileiros, porém esses resultados não foram satisfatórios e devido a censura feita contra os outros movimentos educacionais o cenário educacional não se manteve na crescente expansão que vinha de décadas passadas.

Diante desse fracasso os militares ao invés de reconhecerem que erraram e que seu movimento educacional obteve falhas devido a falhas em sua aplicação. Eles divulgaram resultados duvidosos do sucesso de seu movimento no combate ao analfabetismo, esses dados mostravam que o Mobral havia realizado a alfabetização em massa de boa parte da população brasileira e diminuído os níveis de analfabetismo do país para 14,2 %, mais tarde com os resultados dos censos do IBGE foi constatado que tais dados divulgados pelos militares estavam falsos e foram manipulados afim de vender uma boa imagem do Mobral.

Mesmo com o fim do Movimento Brasileiro de Alfabetização os índices de analfabetismo ainda se faziam presentes no país e se tinha a falsa ideia de que o analfabetismo já tinha sido resolvido, essa ideia se fortaleceu ainda mais com o processo de reabertura política que nosso país teve em 1988, através da Constituição Cidadã a ideia de que com a universalização do ensino fundamental e com políticas educacionais voltadas para os adultos como é o caso EJA, o analfabetismo que já havia sido combatido pelo Mobral, seria de uma vez por todas excluído da nossa sociedade, mas na prática não foi o que aconteceu, tanto o Mobral com sua censura aos movimentos educacionais que estavam tendo resultados em todo o país na alfabetização de adultos, como a ideia da universalização e do acesso a escola contribuíram para a exclusão e manutenção de algumas desigualdades sociais e por consequência disso em certa medida contribuíram para a manutenção dos níveis de analfabetismo que ainda hoje se fazem presentes em nosso país.

### Referências bibliográfica:

ARCE, Alessandra. O Mobral e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: Em defesa do trabalho voluntário. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 379-403, set./dez. 2008 379 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. Pedagogia em Foco, Vitória, 1993.

Bourdieu, Pierre, Passeron, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. Ed, Petrópolis, RJ: editora vozes, 2014.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara/SP, v.21, n.01, p. 24-46, 2017. Disponível em: . ISSN: 1519-9029.

BRASIL. Decreto n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Lei Saraiva, Lei do Censo. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1881, página 1, vol. 1pt1. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>>. Acesso em: 19 de abril. 2022.

BRASIL. Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 dez. 1967.

BRASIL. Lei n.º 7.332, de 1.º de julho de 1985. Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jul. 1985.

CORREA, Arlindo Lopes. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro: AGGS; Mobral, 1979.

FERRARO, Alceu Ravanello. História inacabada do analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez editora, 2009.

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. Documento básico Mobral. Rio de Janeiro: Mobral, 1973<sup>a</sup>:

Manual do professor. Rio de Janeiro: Mobral, [197-].

Mobral: sua origem e evolução. Rio de Janeiro: Mobral, 1975a.

Projeto de treinamento para alfabetizador no rádio. Rio de Janeiro: Mobral, 1974.

Programa de atividades culturais. Rio de Janeiro: Mobral, 1973b.

Soletre Mobral e leia Brasil. Rio de Janeiro: Mobral, 1975b.

Cultura e comunidade. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 39 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Galvão, Ana Maria de Oliveira, Di Pierro, Maria Clara. Preconceito contra o analfabeto. 2ª edição, São Paulo: Cortez editora, 2012.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.  
HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista brasileira de educação, São Paulo, nº 14, p. 108-130. 2000.

IBGE, Censo demográfico 1872, 1920, 1951, 1960, 1980, 2000.

IBGE. «Livro IBGE - Rendimento de Todas as Fontes e Trabalho Infantil - Dados da Pnad Contínua de 2016» (PDF). IBGE. Consultado em 17 de Agosto de 2022.

INEP. Mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília, 2003.

JANUZZI, Gilberta Martino. Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. 1 ed.rev. – São Paulo: Boitempo, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

Nogueira, Maria Alice, Nogueira, Cláudio M. Martins. Bourdieu e a educação. 4.ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MARTINS FILHO, João Roberto. O golpe de 1964 e o regime militar. São Paulo, Editora Edufscar, 2006.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil. São Paulo: Loyola, 2003.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1977. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_1977\\_v2\\_t2\\_sp.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1977_v2_t2_sp.pdf). Consultado em 27 de Agosto de 2022.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). Ditadura e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

ROCCO, Gaetana Maria Jovino Di. Educação de Adultos: Uma Contribuição para seu Estudo no Brasil. São Paulo, Loyola, 1979.

SAVIANI. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2 ed. rev. e. amp. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, DERMEVAL. O legado educacional do regime militar. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

Schwarcz, Lilia Moritz, Starling, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. 2° ed, São Paulo: companhia das letras, 2018.

Schwarcz, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo Brasileiro. 1° ed, São Paulo: companhia das letras, 2019.